

A segmentação no Mercado de Trabalho Infantil

JULIO MANUEL PIRES

Resumo

A preocupação fundamental do estudo é tentar estabelecer parâmetros que permitam cotejar as condições familiares, de trabalho, remuneração e escolarização dos trabalhadores infantis do setor formal e informal. Para tanto, após o esclarecimento acerca da caracterização formal/informal adotada, faz-se o exame de alguns dados de uma pesquisa de campo realizada pelo autor no segundo semestre de 1987, na qual se entrevistou 120 garotos com idades de 8 a 14 anos que exerciam algum tipo de atividade laboral.

A importância do contexto econômico familiar na forma de inserção da criança no mundo do trabalho e as perspectivas das crianças a partir desta inserção diferenciada também constituem objeto da análise.

Palavras-chave: Trabalho infantil, segmentação, pobreza, adolescência, criança, trabalho, setor informal, condições familiares, remuneração.

Abstract

The main purpose of this paper is establish parameters to compare familiar, labouring, payment and educational conditions of working children of the informal and formal sectors. To accomplish this, after elucidating the formal and informal characterization adopted, some data of a field research elaborated by the author in the second semester, 1987, where 120 working children between 8 and 14 years old were interviewed is examined.

The importance of the economic familiar context that forced children to work and their perspective from this differential way of life are also analysed.

Key words: child labour, segmentation, poverty, adolescence, child, labour, informal sector, familiar conditions, wages.

Introdução

O trabalho infantil alcança, ainda, importância expressiva na geração de

O autor é doutorando em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo.

renda em nosso país. Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) referentes ao ano de 1986, 5,1% da população economicamente ativa é composta por pessoas entre 10 e 14 anos de idade. São 2.896.396 crianças exercendo algum tipo de atividade laboral, o que significa que de cada 100 indivíduos nessa faixa etária 19 estão trabalhando. Estão excluídos destes números as crianças com idade inferior a 10 anos, as quais nossa percepção não deixa de registrar, ao contrário dos dados oficiais.

A renda derivada das atividades produtivas destas crianças frequentemente vem a se constituir um reforço indispensável ao orçamento familiar das famílias pobres. Estudos como o de Zylberstajn *et alii* (1985) retratam bem tal situação quando mostram, baseados em dados do Censo de 1980, que em cerca de 1/3 das famílias brasileiras os ganhos das crianças entre 10 e 14 anos de idade têm certa importância na composição da renda. Para aquelas famílias situadas na base da pirâmide social (com renda *per capita* de até 1/4 do salário mínimo) a importância dos rendimentos das crianças é magnificada, podendo mesmo vir a se constituir como exclusivos.

A distribuição destas crianças trabalhadoras entre áreas urbanas e rurais denota uma utilização mais intensa delas no campo. Assim, apesar de a população brasileira estar concentrada majoritariamente nas cidades (72,8%), segundo a PNAD-1986, tal não é o caso dos trabalhadores com idade inferior a 15 anos, os quais encontram-se em maior número nas áreas rurais: 1.532.769 contra 1.363.627 meninos e meninas trabalhando nas cidades, o que implica taxas de atividade de 31,4% e 12,9%, respectivamente.

Se o quadro nas zonas rurais é mais grave no tocante à utilização da mão-de-obra infantil, isto não significa de forma alguma que possamos considerar satisfatória a situação vivenciada nas cidades, neste aspecto. Apenas na Região Metropolitana de São Paulo o IBGE computou, para o ano de 1986, cerca de 150.000 pessoas de 10 a 14 anos de idade trabalhando.

Dentre os vários pontos importantes relacionados à questão da criança trabalhadora, nosso estudo está preocupado em analisar alguns aspectos referentes às atividades típicas desenvolvidas pelas crianças no contexto urbano e, mais especificamente, paulistano. Entre os meses de setembro a novembro de 1987, como parte das tarefas destinadas à feitura da dissertação de mestrado a ser apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (PIRES, 1989) realizamos uma pesquisa de campo em diversos bairros de São Paulo. Tal pesquisa baseou-se em entrevistas, seguindo um questionário predeterminado, com 120 crianças trabalhadoras com idades entre 8 e 14 anos.

Serão alguns resultados desta pesquisa, com ênfase na segmentação formal/informal que pode ser identificada relativamente ao trabalho das crianças, que iremos apresentar a seguir.

Contudo, dada a controvérsia existente na literatura com referência à classificação formal/informal, julgamos conveniente que se faça, primeiramente, uma explicitação de nosso entendimento sobre o tema. Não entraremos, todavia, na controvérsia, pois este não é o escopo de nosso trabalho. Em seguida a esta explicitação, trataremos de apresentar o conjunto de ocupações desempenhadas pelas crianças de acordo com a conceituação formal/informal admitida.

1. A Caracterização Formal/Informal e as Ocupações

Ao circunscrevermos nosso campo de pesquisa à cidade de São Paulo, algumas “determinações” já estavam aí implícitas quanto ao espectro de ocupações possíveis de serem englobadas. Duas delas ressaltam desde logo. A primeira, é a caracterização destes vários serviços como típicos apenas de áreas urbanas e, mais ainda, trata-se esta área urbana da maior cidade brasileira. Portanto, as ocupações aqui delineadas podem ser bastante distintas das realizadas no campo e mesmo em pequenas cidades.

Relativamente ao trabalhador infantil nas áreas rurais, uma primeira observação que a poucos escapa é a maior variedade de ocupações “à disposição” da criança trabalhadora na cidade. O trabalho no setor primário abarca reduzidíssimo elenco de alternativas para o emprego infantil, não se diferenciando muito este do trabalho realizado pelos jovens e adultos. O trabalho junto com a família, seja em sua propriedade seja como arrendatários ou assalariados, constitui a norma.

De forma semelhante, numa cidade com reduzida população e campo econômico mais restrito, as possibilidades de ocupação também serão minoradas. Alguns tipos de serviços podem exigir uma certa “escala de mercado” para se consubstanciar como minimamente lucrativo e justificar sua existência.

A segunda determinação implícita refere-se ao fato de que nosso espaço de estudo comporta em seu interior as conformações específicas do modo de produção capitalista, caracterizando-se, ainda mais particularmente, por estar inserido de forma dependente nesta estrutura capitalista a nível mundial.

A consequência desta situação para nosso objeto de estudo é a configuração particular assumida pelo mercado de trabalho. O setor informal, com o qual nos deparamos em todas as economias capitalistas indistintamente, adquire nas economias subdesenvolvidas relevância ampliada. Sua existência e amplitude, conforme observa Cacciarnali, está condicionada pelo

nível de desenvolvimento alcançado e do vigor do padrão, do ritmo de expansão e reprodução capitalista, já que seu espaço se reduz e

se amplia e sua composição se altera em função do quadro e do caminho do desenvolvimento econômico-social (CACCIAMALI, 1983, p. 30).

O setor informal pode ser caracterizado como englobando aquelas atividades desenvolvidas nas "brechas" do modo de produção capitalista, naqueles setores nos quais as atividades tipicamente capitalista ainda não se fixaram, mas que ao mesmo tempo são resultado da própria expansão do capitalismo.

A produção informal é entendida aqui como o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia para seu funcionamento no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios, não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação destas últimas (CACCIAMALI, 1983, p. 28).

... trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, que reúne formas desiguais e combinadas, e que, ao se expandir, recria as modalidades produtivas "arcaicas" (principalmente o artesanato e a indústria a domicílio), criando também "novas" formas "tradicionais" na divisão social do trabalho (notadamente o trabalho autônomo no setor terciário da economia: vendedores ambulantes, os trabalhadores autônomos ligados ao serviço de reparação e conservação, vigilância, limpeza e carga, empregos domésticos, bem como um conjunto variado de atividades mal definidas, cujo executor pode ser designado de 'tarefeiro'). Estes tipos de trabalho não são apenas constantemente fecundados pelo sistema capitalista como também estão a ele estruturalmente articulados (KOWARICK, 1977, p. 83).

É importante que se observe desde logo que o núcleo típico do setor informal é, portanto, o trabalhador por conta própria (CACCIAMALI, 1983, p. 38).

Este setor da economia acabará por ceder seu espaço a amplo contingente destituído da participação nos setores hegemônicos da economia; a mão-de-obra infantil, neste contexto, compartilhará com os adultos vários ramos deste mercado. Em contrapartida, caracterizamos como atividades do setor formal todas aquelas cujo desempenho depende necessariamente da utilização de mão-de-obra assalariada. Tal não é o caso, por exemplo, de um vendedor ambulante que eventualmente empregue pessoas para auxiliá-lo, sendo estas denominadas assalariadas informais. É o núcleo típico da atividade desempenhada e sua dependência ou não do assalariamento que caracterizam a ocupação como formal ou informal.

Tomando por fundamento esta caracterização do setor informal, podemos afirmar que os trabalhadores infantis informais comportam cerca de 2/3 da amostra. Tal situação é fruto de nossa intencionalidade em procurar abarcar majoritariamente a criança localizada no mercado informal de trabalho. Isto foi feito por acreditarmos que, seja por causa de restrições legais terminantes (caso dos meninos com menos de doze anos de idade), seja pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal, é nas atividades "marginais" que encontraremos a maioria dos trabalhadores infantis.

A simples análise do registro em carteira mostra-se insuficiente para a delimitação formal/informal, o que corrobora as críticas dos estudiosos do mercado informal à utilização deste indicador. A maioria das crianças entrevistadas (78,3%) não possui vínculos empregatícios legais de trabalho, isto é, o registro em carteira atinge pouco mais de 1/5 dos casos.

Iremos encontrar entre os garotos que não possuem carteira de trabalho assinada vários deles exercendo atividades típicas do setor formal, uma vez que se constituem como assalariados de empresas capitalistas.

Dada esta conceituação, nossa classificação das ocupações exercidas pelas crianças ficou estabelecida da seguinte forma:

Setor formal: "Office-boy"

Empacotadores/entregadores de supermercado

Distribuidores de papel de propaganda

Vendedores de jornais

Setor informal: Vigia de carro

Carregadores de feira

Catadores de papelão/"ferro-velho"

Engraxate

Vendedores ambulantes

2. A segmentação formal/informal

Uma primeira pergunta que se impõe quando começamos a falar em segmentação em relação ao trabalho infantil é se realmente existe uma tendência ao confinamento dos trabalhadores com até 14 anos de idade aos setores e ocupações definidas aqui como formais e informais, havendo obstáculos à "circulação" entre esses dois conjuntos de atividades. Ou seja, em que medida existe realmente segmentação no mercado de trabalho infantil? Ou este pode ser considerado um mercado homogêneo com amplas possibilidades de transferências entre as ocupações do setor formal e informal?

A tabela 1, fornece-nos importantes subsídios para tentar responder a esta questão.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES INFANTIS
SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ATUAL E OS SETORES
DE ATIVIDADE ANTERIORES

Setor de Ocupações Anteriores	Ocupação Atual – Setor:	
	Formal	Informal
Formal	65,8	26,8
Informal	13,2	28,1
Ambas	7,9	9,8
Nenhuma	13,1	35,3
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Segundo estes dados, a maioria das crianças que está no setor formal nunca desempenhou qualquer atividade informal; apenas 21,1% o fizeram. Assim, dentre aqueles com empregos de vínculo nitidamente capitalista, ou seus empregos anteriores eram do mesmo tipo (65,8%) ou não tiveram qualquer ocupação anterior (13,1%).

Já entre aqueles que estão inseridos no setor informal, a proporção dos que exerceram atividades informais é mais elevada: mais de 1/3. Tal fato indica, possivelmente, uma maior permeabilidade do setor informal frente ao setor formal do que em sentido inverso, o que é coerente com a idéia de segmentação, uma vez que, conforme veremos mais a frente, são as atividades formais as que exigem maior qualificação.

Uma outra forma de observarmos a segmentação quanto à inserção das crianças nas atividades laborais será através da remuneração obtida pelos dois grupos de trabalhadores: formais e informais. Em que medida há uma determinação imposta à remuneração pelo fato de a criança estar formalmente vinculada ou não ao mercado de trabalho?

A observação do gráfico 1 permite-nos algumas ilações conclusivas relativamente a este ponto.

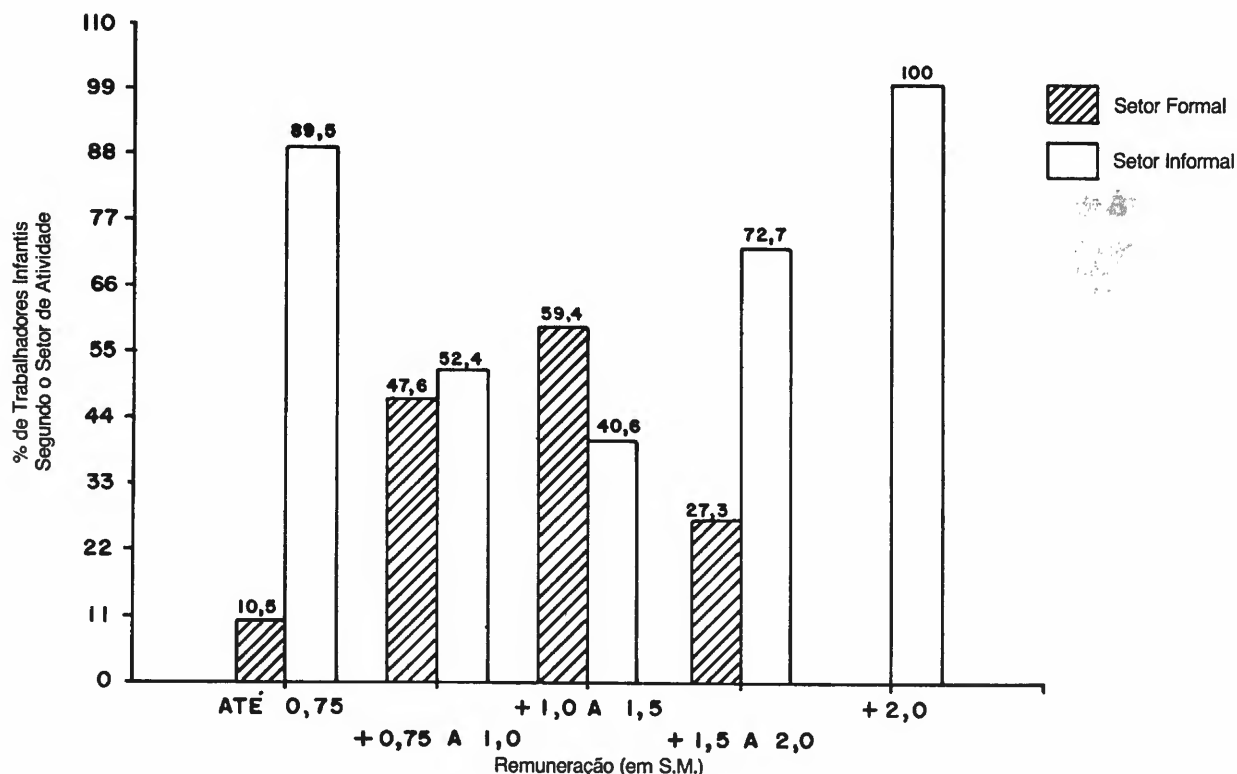
A distribuição percentual dos garotos nos diversos grupos de rendimento segundo o segmento de mercado em que se encontram – formal ou informal –,

indica claramente que a forma de inserção tem um papel bastante claro na determinação do nível de remuneração. A vinculação formal das crianças ao mercado de trabalho impede que as mesmas auferam tanto os mais baixos quanto os mais altos níveis de ganho, fixando-os, majoritariamente na faixa de 1,0 a 1,5 S.M., faixa esta que congrega mais de metade das crianças do mercado formal. Com efeito, é apenas neste grupo de rendimento que os “formais” somam maior número que os “informais”

Entre os que pertencem ao mercado informal iremos encontrar uma média de rendimentos mais elevada (1,58 S.M. contra 1,17 S.M. dos que trabalham em alguma atividade formal) e uma distribuição razoavelmente uniforme entre as várias faixas de proventos – desde menos de 0,75 S.M. até mais de 2,0 S.M. No estrato de remuneração mais elevado não encontramos qualquer trabalhador infantil formal, havendo apenas dois deles na primeira faixa de rendimento, a mais baixa. Este resultado é expressivo no sentido de comprovar

GRÁFICO 1

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES INFANTIS SEGUNDO O SETOR: FORMAL/INFORMAL



Fonte: Pesquisa de Campo

a assertiva contida no parágrafo anterior, uma vez que estes dois níveis de remuneração reúnem mais de 1/3 da população amostrada total; não é pela pouca representatividade deste grupo que os garotos do setor formal aqui não se encontrem.

Fica claro, portanto, que o característico das empresas que contratam meninos para seu quadro de funcionários é o atendimento do piso salarial determinado pela legislação vigente. Não podemos esquecer de enquadrar tal assertiva dentro da constatação concernente aos níveis reduzidíssimos nos últimos 30 anos.

3. Determinantes da Inserção Formal/Informal

Se aceitamos tais fatos como indicativos da existência da segmentação, cabe-nos agora perguntar quais fatores a estariam determinando. Ou, em outros termos, quais características, pessoais ou familiares, dos trabalhadores infantis estariam relacionadas à sua inserção diferenciada no mundo do trabalho.

As oportunidades encontradas pelos trabalhadores com menos de 15 anos de idade para se empregarem em atividades do setor formal é bastante reduzida, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Spindel (1985, p. 17) constata, por exemplo, que enquanto para os trabalhadores maiores de idade a proporção deles com carteira de trabalho assinada é de 1 em cada 2, no caso daqueles com idade inferior a 18 anos tal proporção cai para 1 em cada dez. Com referência aos trabalhadores com menos de 15 anos a relação torna-se ainda mais apertada. Segundo dados da PNAD-1986, apenas 5,7% possuem carteira de trabalho assinada nessa faixa etária, o que significa que para cada trabalhador com carteira assinada, na faixa etária de 10 a 14 anos, temos 19 sem carteira. Tal situação leva a que estes empregos formais, bastante valorizados pelas crianças, conforme veremos mais à frente, sejam bastante disputados, permitindo aos empregadores mais liberdade na escolha e o estabelecimento de critérios mais rigorosos de seleção.

Baseando ainda nossa consulta na tabela 1, podemos constatar um outro dado interessante e importante para nossa análise. A porcentagem de meninos e meninas do setor informal que está no seu primeiro serviço é significativamente maior do que a daqueles que estão no setor formal. Uma hipótese que poderíamos aventar para explicar tal fato seria a de que o setor informal se constituiria como a principal "porta de entrada" para a criança se iniciar no trabalho. Tal hipótese mostra-se incoerente com os dados disponíveis, pois a proporção de crianças que se iniciaram em atividades no setor formal e informal é bastante semelhante.

Outras duas explicações, estas sim com respaldo nos dados de nossa

pesquisa de campo, são relacionadas a seguir. A primeira refere-se ao fato de que a média de idade das crianças do setor informal é mais baixa, sendo, portanto, maior a possibilidade de que estejam na primeira ocupação. E, em segundo lugar, porque o tempo de permanência dos trabalhadores informais na mesma ocupação geralmente é maior: mais da metade está a mais de 6 meses no mesmo serviço, enquanto no caso das crianças empregadas no setor formal tal proporção chega apenas a 31,6%. Desta forma, podemos dizer que uma das características do mercado de trabalho formal infantil é a sua maior rotatividade relativamente ao setor informal; a intensa concorrência entre os ofertantes de mão-de-obra certamente colabora para tal estado de coisas.

Aliado ao fator idade como "critério de seleção" para a entrada no mercado formal, podemos mencionar o fator escolarização, conforme ilustrado pela tabela 2.

TABELA 2

NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO SEGUNDO O SETOR FORMAL/INFORMAL

Ano Escolar	Setor de Atividade	
	Formal	Informal
Até 2ª série	5,3	32,9
3ª a 4ª séries	21,0	47,6
5ª a 6ª série	57,9	19,5
7ª série	15,8	—
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Conforme podemos observar é expressiva a vantagem no aspecto educacional daqueles trabalhadores infantis que estão no setor formal *vis-à-vis* aqueles do setor informal. Enquanto aqueles têm quase 3/4 cursando a segunda metade do primeiro grau, este mesmo nível de escolaridade só é alcançado por cerca de 1/5 dos trabalhadores informais.

Assim, dentre os fatores relacionados ao segmento em que a criança trabalhadora se encontra, à primeira vista a idade e escolarização estariam entre os fatores principais. Todavia, julgamos mais apropriado considerar outra ordem de fatores, talvez muito mais importante e intimamente relacionada a estes dois: as condições econômicas das famílias das quais a criança é proveniente desempenham papel fundamental, conforme tentaremos demonstrar daqui para frente.

A idade considerada "normal" pelos pais (e pelas próprias crianças e adolescentes) para o início da atividade laboral varia bastante de acordo com o contexto familiar. A demanda econômica marca aqui, mais uma vez, de forma acintosa, sua presença.

Enquanto Ferreira (1980, p. 83) e Machado Neto (1980, p. 681) tratando com populações situadas nas camadas mais pobres, a qual faz uso do trabalho dos meninos nas ruas, assinalam a presença mais significativa de crianças a partir dos sete anos de idade exercendo algum tipo de trabalho, Macedo (1986, p. 32), analisando um grupo de famílias operárias da região do ABC paulista, situa esta faixa etária de ingresso como sendo entre os 14 e 18 anos.

Tais fatos sugerem-nos a existência, entre as famílias pobres, de diferenciações quanto à idade de ingresso da criança no mundo do trabalho dadas pequenas alterações na renda e/ou *status* familiar. Ou seja, mesmo entre as famílias cuja caracterização geral de vida não escapa às condições de pobreza, podemos vislumbrar padrões distintos para a utilização da mão-de-obra infantil, no sentido de que acréscimos marginais na renda familiar podem determinar o adiamento da entrada no mercado de trabalho.

Tal adiamento, com a criança entrando no mundo do trabalho com maior idade e à medida que permite a ela obter maior nível de escolarização formal, constitui-se em um componente fundamental para que este indivíduo tenha acesso a uma ocupação no mercado formal de trabalho. Fica nítido, com os dados da tabela 3, o fato de que aqueles que hoje estão inseridos em ocupações informais são os que, em maior proporção, foram obrigados a começar a trabalhar mais precocemente.

Dessa forma, enquanto "apenas" 26,3% das crianças que estão hoje no setor formal começaram a trabalhar antes dos 10 anos de idade, tal proporção sobe a 63,4% no caso daquelas que estão atualmente no setor informal.

Tal ingresso prematuro, conforme relatamos linhas atrás, encontra-se intimamente relacionado às condições econômicas mais precárias das famílias. O "ponto de entrada", importante na definição futura das possibilidades de ascensão da pessoa no campo profissional, vê-se, assim, melhor delineado para aquelas crianças cujas famílias tenham um nível de renda um pouco mais elevado.

Os dados disponíveis a respeito das ocupações exercidas pelos pais dos

TABELA 3

**DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CRIANÇAS
SEGUNDO A IDADE EM QUE COMEÇARAM A TRABALHAR
SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ATUAL**

Idade em que Começaram a Trabalhar	Setor de Atividade	
	Formal	Informal
Até 10 anos	26,3	63,4
11 e 12 anos	50,0	32,9
13 e 14 anos	23,7	3,7
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

trabalhadores infantis são inequívocos em apontar que são as crianças cujos pais em maior proporção exercem ocupações consideradas qualificadas ou semiqualicadas⁽¹⁾, as que, com maior probabilidade, se inseriram no mercado formal e nele permaneceram.

Este fato é igualmente observado em relação ao nível de renda *per capita* das famílias, conforme mostra a tabela 4.

Essa melhor situação econômica da família, permitindo uma entrada mais tardia no mundo do trabalho, enseja maiores possibilidades para que a criança adentre em condições melhores no mercado de trabalho formal.

Tal situação tem reflexos bastante claros para a percepção das crianças quanto a sua ocupação atual e suas perspectivas futuras, tema de nosso último item.

4. Ocupação Atual e Perspectivas Futuras

Quando perguntados a respeito do tipo de ocupação que gostariam de ter atualmente, as crianças trabalhadoras do setor formal e informal apresentaram respostas diversas, conforme podemos ver na tabela 5.

(1) A listagem das ocupações exercidas pelos pais segundo nossa classificação é a seguinte: **não qualificada**: ajudante de caminhão, vendedores ambulantes, cobradores de ônibus, vigia, ajudante geral, catador de papelão; **semiqualicada**: pedreiro, funcionário público, padeiro, auxiliar de escritório, pintor, bancário, taxista, motorista de ônibus, eletricista; **qualificada**: metalúrgico, torneiro mecânico, gerente de lanchonete.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES INFANTIS
 POR NÍVEL DE RENDA "PER CAPITA" DA FAMÍLIA
 SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE

Renda <i>Per Capita</i>	Setor de Atividade	
	Formal	Informal
Até 0,75 S.M.	15,8	40,0
Mais de 0,75 a 1,0 S.M.	36,8	28,0
Mais de 1,0 a 1,5 S.M.	31,6	26,0
Mais de 1,5 S.M.	15,8	6,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES INFANTIS
 SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO QUE GOSTARIAM DE FAZER HOJE,
 SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ATUAL

Operação que Gostaria de ter Hoje	Setor de Atividade	
	Formal	Informal
A Mesma	21,0	13,4
Setor Formal	65,8	46,3
Setor Informal	7,9	24,4
Não Sabe/Não Respondeu	5,3	15,9
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A preferência, pelas crianças como um todo, pelo desempenho de funções no mercado formal pode ser visualizado não só pela proporção significativa das que estão no setor formal e informal que gostariam de continuar exercendo ou gostariam de poder vir a participar de alguma atividade relacionada ao setor formal, como também pela maior aprovação encontrada pelos que estão no setor formal relativamente a sua ocupação atual (21,0% contra 13,4% do setor informal).

Existe uma valorização maior emprestada às atividades no setor formal, principalmente quando permitem que se obtenha o registro em carteira. O trabalho sem registro em carteira, ainda que muitas vezes melhor remunerado, é considerado "inferior" àqueles que têm tal "privilégio". Outras vantagens não pecuniárias podem muito bem compensar até a perda em termos de remuneração, como o menor número de horas trabalhadas, o fato de ter a carteira de trabalho como sinal de distinção e/ou para não ser importunado pela polícia etc. Todavia, mesmo existindo este sentimento, a maioria das crianças que trabalha não consegue agir de acordo com ele, sendo forçada a permanecer em suas ocupações, conforme vimos no início de nosso trabalho.

Um outro conjunto de dados interessantes refere-se às perspectivas futuras das crianças inseridas nos dois setores de atividade, conforme mostrado na tabela 6.

É significativo observarmos como as próprias crianças, de certa forma, aparentam ter consciência das limitações a que estão sujeitas. Assim, as profissões que exigem formação universitária – tão valorizadas por quase todas

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES INFANTIS
SEGUNDO O TIPO DE OCUPAÇÃO QUE GOSTARIAM
DE TER QUANDO ADULTOS

Ocupação que Gostariam de ter Quando Adultos	Setor de Atividade Atual	
	Formal	Informal
Nível Superior	55,3	19,5
Semiqualficada	28,9	69,5
Não Sabe	15,8	11,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

as camadas da população e citadas de forma quase exclusiva pelos garotos das classes média e alta – foram poucas vezes mencionadas pelos trabalhadores infantis. E entre eles, as perspectivas vislumbradas por aqueles que estão no setor formal mostram-se bastante distintas. Enquanto 28,9% destes garotos referiam-se a ocupações semiqualficadas como sua intenção de vida profissional futura, no caso dos garotos que estão inseridos no setor informal tal proporção chega a 69,5%.

As condições econômicas mais difíceis da vida presente acabam por deixar pouco espaço até para a esperança de uma vida melhor no futuro.

Referências Bibliográficas

- CACCIAMALI, Maria Cristina. *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo, IPE-USP, 1983.
- CALSING, Elizeu F. *et alii*. *O menor e a pobreza*. Brasília, IPLAN/IPEA-UNICEF, 1986.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. A escolarização em famílias da classe trabalhadora. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, 42:27-40, ago. 1982.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Meninos de rua: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, Comissão de Justiça e Paz/CEDEC, 1980.
- FUKUI, Lia Freitas G. *et alii*. A desescolarização, o trabalho infantil e a questão do menor: um projeto de pesquisa. São Paulo, *Cadernos CERU*, (15):33-43, ago. 1981.
- GOUVEIA, Aparecida J. Origem social, escolaridade e ocupação. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, 32:3-30, fev. 1980.
- . O trabalho do menor: necessidade transfigurada em virtude. São Paulo, *Cadernos de Pesquisa*, 44:55-62, fev. 1983.
- HULL, Terence. Perspectives and data requirements for the study of children's work. In: RODGERS, Gerry and STANDING, Guy. *Child work, poverty and underdevelopment*. Geneva, International Labour Office, 1981.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – 1987*. Rio de Janeiro, 1988.
- IPLANCE. *O trabalho do menor no setor informal – Fortaleza*. Fortaleza, 1980 (Série Relatórios de Pesquisa, 1).
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- LIMA, Ricardo. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. Rio de Janeiro, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10(1):217-272, abr. 1980.
- . & BURGER, Freda. *O menor e o mercado de trabalho no Brasil: da crise ao cruzado*. Brasília, 1988 (mimeo).
- MEDEIROS, Marília Salles F. *O trabalhador infantil: estudo sobre o trabalho autônomo do menor de rua*. Tese de Mestrado apresentado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985 (mimeo).
- MORICE, Alain. The exploitation of children in the "informal sector": proposals for research. In: RODGERS, Gerry and STANDING, Guy. *Child work, poverty and underdevelopment*. Geneva, International Labour Office, 1981, p.131-158.
- PIRES, Julio Manuel. *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, jan. 1989 (mimeo).
- PRANDI, José Reginaldo. *O trabalhador por conta própria sob o capital*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- RODGERS, G. & STANDING, G. Función económica de los niños en países de bajos ingresos. *Revista Internacional del Trabajo*, 100(2): 143-161, abr./jun. 1981.
- SPINDEL, Cheywa R. *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo, Nobel/Ministério do Trabalho, 1985.
- ZYBERSTAJN, Hélio *et alii*. *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo, Nobel/Ministério do Trabalho, 1985.

(Originais recebidos em julho de 1989).